

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



Volume 28 Número 177

23 de novembro de 2020

ISSN 1068-2341

O Processo de Empresarização e o Discurso da Universidade Empreendedora: Uma Análise da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Alice Hübner Franz

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Elaine da Silveira Leite



Marcio Silva Rodrigues

Universidade Federal de Pelotas
Brasil

Citação: Franz, A. H., Leite, E. S., & Rodrigues, M. S. (2020). O processo de empresarização e o discurso da universidade empreendedora: Uma análise da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(177). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5325>

Resumo: O presente artigo visa discutir a crescente influência que o modelo empresarial tem exercido sobre os humanos e sobre suas organizações, consequência de um processo denominado de empresarização do mundo. Para tanto, optou-se por lançar um olhar para a universidade, a partir da análise de um discurso em específico que, com a intensificação do neoliberalismo, tem sido fortemente disseminado: o discurso da universidade empreendedora. Assim, procurou-se problematizar de que modo o processo de empresarização tem influenciado a construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir da realização de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e que usou como técnica o estudo de caso. Os resultados, decorrentes da análise das percepções dos gestores e das práticas evidenciadas na UFPel, sinalizam que o discurso da universidade empreendedora se funda em diferentes práticas discursivas que fazem constante referência ao saber-poder da empresa. Tais práticas, em maior ou menor medida, reforçam a necessidade de consolidar uma universidade flexível e eficiente (em

termos empresariais), cuja atuação deva fomentar a inovação o desenvolvimento econômico, a partir do estímulo à criação de novos negócios, de novos produtos ou de qualquer solução que possa transformar o conhecimento em algo que gere valor.

Palavras-chave: Empresarização; Universidade Empreendedora; Ensino Superior; Desenvolvimento; Empreendedorismo

The enterprisation process and the discourse of the entrepreneurial university: An analysis of the Pelotas Federal University (UFPe)

Abstract: This article aims to discuss the growing influence that the business model has had on humans and their organizations, a consequence of a process called world's enterprisation. In this study, we opted for a look at the university, from the analysis of a specific discourse that, with the neoliberalism intensification, has been strongly disseminated: the discourse of the entrepreneurial university. From this perspective, sought to problematize how the enterprisation process has influenced the construction of the discourse of the entrepreneurial university at the Pelotas Federal University (UFPe), from the realization of a qualitative research, descriptive, which used the case study as a technique. The results from the analysis of the managers' perceptions and practices evidenced at UFPe, show that the entrepreneurial university discourse is based on different discursive practices that make constant reference to the enterprise knowledge-power. This practices reinforce the need to consolidate a flexible and efficient university (in enterprising terms), whose performance should foster innovation and economic development, by encouraging the creation of new businesses, new products or any solution that can transform knowledge into something that generates value.

Keywords: Enterprisation; Entrepreneurial University; University Education; Development; Entrepreneurship

El proceso de empresarización y el discurso de la universidad emprendedora: Un análisis de la Universidad Federal de Pelotas (UFPe)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la creciente influencia que el modelo de la empresa ha ejercido sobre los humanos y sus organizaciones, como consecuencia de un proceso llamado empresarización del mundo. Con este fin, se decidió lanzar una mirada a la universidad, basándose en el análisis de un discurso específico que, con la intensificación del neoliberalismo, se ha difundido fuertemente: el discurso de la universidad emprendedora. Por lo tanto, tratamos de problematizar cómo el proceso de emprendedurismo ha influido en la construcción del discurso de la universidad emprendedora en la Universidad Federal de Pelotas (UFPe), basado en una investigación cualitativa y descriptiva que utilizó el estudio de caso como técnica. Los resultados, resultantes del análisis de las percepciones y prácticas de los gerentes evidenciadas en UFPe, indican que el discurso de la Universidad emprendedora se basa en diferentes prácticas discursivas que hacen referencia constante al saber-poder de la empresa. Dichas prácticas, en mayor o menor medida, refuerzan la necesidad de consolidar una universidad flexible y eficiente (en términos empresariales), cuyo desempeño debe fomentar la innovación y el desarrollo económico, al fomentar la creación de nuevos negocios, nuevos productos o cualquier solución que pueda transformar el conocimiento en algo que genere valor.

Palabras-clave: Empresarización; Universidad Empreendedora; Educación Superior; Desarrollo; Empreendedorismo

Introdução

Eficiência, eficácia, inovação, gestão e empreendedorismo são alguns dos muitos termos que têm sido amplamente disseminados na sociedade. Tais termos têm se tornado cada vez mais comuns não somente no ambiente empresarial, como em outras esferas organizativas da sociedade, tal como é o caso da educação superior brasileira.

Nos últimos anos, o que se tem observado é uma crescente transposição de aspectos típicos empresariais – tal como a linguagem, as ferramentas, os métodos e as práticas – para o cotidiano das universidades públicas. Como consequência, o que ocorre é uma intensificação de discursos que tomam o modelo empresarial como referência.

A predominância de tais termos e, sobretudo, de práticas oriundas do âmbito empresarial e a sua disseminação nos mais diferentes âmbitos da vida social se dá, de acordo com Solé (2008), em decorrência de um fenômeno que o autor denomina de “processo de empresarização”. De acordo com o autor, com o desenvolvimento capitalista, o modelo empresarial passou a assumir um papel protagonista na sociedade moderna, tornando-se um modelo de referência capaz de influenciar a vida dos humanos e de suas organizações e instituições. A empresa, portanto, tornou-se a organização central das sociedades modernas, configurando-se, conforme Solé (2008) na força organizadora do nosso mundo.

Com o fortalecimento dos ideais neoliberais tanto na esfera política quanto na esfera econômica, o que ocorreu foi uma intensificação desse processo. Deste modo, defende-se que o processo de empresarização é um fenômeno histórico que surge com a emergência da sociedade moderna e é intensificado com o neoliberalismo. Como consequência, uma série de diferentes discursos passaram a ser construídos e legitimados, concorrendo para manter e sustentar uma determinada política de verdade na qual a empresa e suas características são naturalizadas e tomadas como referência. Assim, uma nova grade de compreensão do mundo acaba por se consolidar.

No Brasil esses discursos se acentuaram, sobretudo, a partir dos anos 1990, principalmente com a adesão do governo de Fernando Collor às recomendações advindas do Consenso de Washington, bem como com a realização da reforma gerencial do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (Paula, 2005). É nesse contexto que passam a figurar no âmbito do Estado e, conseqüentemente, no campo da educação, práticas gerencialistas, típicas da chamada “nova gestão pública”, inspiradas, principalmente, nos moldes empresariais (Paula, 2005). Nos governos seguintes até os atuais, o que se observou foi certa continuidade no que concerne a lógica neoliberal, sobretudo na construção das políticas direcionadas à educação superior que, conseqüentemente, influenciam diretamente no dia a dia das universidades e nos discursos que circulam em seu contexto, fazendo com que se intensifique, principalmente, uma visão economicista e empresarial neste meio.

Frente a isso, diversos caminhos podem ser trilhados para analisar o processo de empresarização do ensino superior público brasileiro, porém, neste artigo optou-se por analisar um discurso que tem ganhado força neste cenário: o discurso da universidade empreendedora.

Compreende-se aqui, de acordo com Etzkowitz et al. (2000), a universidade empreendedora como aquela que engloba em sua missão, além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, passa a atuar em prol deste. Ocorre que, historicamente, a universidade sempre esteve alinhada às demandas econômicas (Fávero, 2006; Sguissardi, 2005), porém, este alinhamento, atualmente tem se intensificado.

Vale destacar aqui a recente proposta de projeto que institui o “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se”¹ que o governo federal lançou para as universidades públicas, a qual encontra-se atualmente em fase de consulta pública. Em linhas gerais, o referido projeto preza por uma intensificação da mercantilização do conhecimento, por uma educação voltada muito mais para a profissionalização do que para a formação crítica e cidadã e por uma maior valorização do conhecimento pragmático e aplicado.

Neste trabalho, especificamente, lançam-se os olhares para a Universidade Federal de Pelotas (UFPel)², instituição na qual se tem observado a emergência e o fortalecimento desse discurso da universidade empreendedora. Assim, o objetivo central deste artigo é analisar de que forma o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora no caso da Universidade Federal de Pelotas.

Ademais, este trabalho se insere no âmbito daqueles estudos que se posicionam criticamente ao avanço do processo de empresarização do mundo, a partir dos quais já foi possível a análise de organizações culturais (Rodrigues, Silva & Dellagnelo, 2014; Vargas, 2018), organizações esportivas (Costa, 2005; Duriex, 2005; Rodrigues, 2006; Rodrigues & Silva, 2006a, 2006b, 2009) organizações religiosas (Serra, 2005), políticas públicas (Araujo & Silva, 2016; Barcelos & Rodrigues, 2017), espaço (Costa, 2017), mídia (Rodrigues, 2013) e educação superior (Badia, 2017; Duquia, 2018; Rodrigues, 2013; Rodrigues & Silva, 2019a).

Desta forma, justifica-se este artigo pelo fato do mesmo realizar uma associação, até então inédita, entre empresarização e universidade empreendedora, contribuindo para o avanço nas discussões sobre a influência e as implicações desse processo no contexto contemporâneo. Também se articula neste trabalho algumas contribuições teóricas de Michel Foucault com o intuito de lançar um novo olhar para a ideia de empresa e para o fenômeno da empresarização.

Por fim, este estudo se justifica por trazer uma reflexão acerca do papel da universidade e de seu futuro, bem como por discutir as implicações tanto sociais quanto econômicas da adoção do discurso da universidade empreendedora que inclui, dentre outros aspectos, uma universidade muito mais orientada por e para a empresa, um aumento do viés mercantilizante e tecnificante do saber, etc.

Tendo em vista os argumentos expostos, este artigo se divide em cinco diferentes seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção concentra-se em expor as principais bases teóricas deste trabalho, dentre elas o processo de empresarização do mundo, Estado, neoliberalismo e universidade empreendedora. Já a quarta seção apresenta a metodologia utilizada para operacionalizar a pesquisa, enquanto a quinta está voltada para a apresentação dos principais resultados e discussões. Por fim, na última parte deste artigo, são tecidas e apresentadas algumas considerações de cunho conclusivas.

¹ Para mais informações sobre o Future-se ver: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 25 out. 2019.

² Cabe ressaltar que este trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada “O processo de empresarização e a emergência da universidade empreendedora: uma análise da Universidade Federal de Pelotas”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas.

Empresarização, Neoliberalismo, Estado e o Discurso da Universidade Empreendedora

Tanto o modelo empresarial, quanto as suas técnicas, as suas ferramentas, a sua linguagem e as suas práticas têm ganhado expressiva notoriedade nos últimos tempos, sendo, muitas vezes, transportados e validados para os mais diferentes âmbitos da vida social. Basta observar, por exemplo, conforme sugere Szlechter et al. (2018), o conjunto das ligações econômicas de uma sociedade, a partir do qual é possível notar que, em sua cotidianidade, a vida das pessoas está atravessada, em grande parte, por um tipo de organização específica: a empresa capitalista.

Esse cenário no qual a empresa passa a ganhar centralidade começa a ser desenhado e expandido no contexto de emergência da modernidade e, mais especificamente, com a consolidação do modo de produção capitalista. É a partir desse período que, de acordo com Solé (2008), tem início um processo inédito protagonizado pela dominação da empresa sobre todos os aspectos do social.

Uma série de transformações, as quais tem ocorrido ao longo do tempo e que podem ser vislumbradas a partir do surgimento de novas relações sociais, de novas formas de estar no mundo e de novos conhecimentos e crenças, acabaram contribuindo para colocar a empresa como uma organização central do nosso mundo.

Esse protagonismo assumido pela empresa passou a desencadear um processo que Solé (2008) denomina de empresarização do mundo, ou seja, um processo que reflete a crescente influência que a ideia de empresa passa a exercer sobre os humanos e sobre suas organizações e instituições.

No Brasil, uma série de trabalhos tem sido desenvolvidos no âmbito dos estudos organizacionais com o intuito de compreender diferentes aspectos e âmbitos desse fenômeno chamado “empresarização do mundo”. Os primeiros estudos realizados, iniciados nos anos 2000, assentaram-se, essencialmente, nos escritos de Solé e focavam-se, sobretudo, na análise de como o processo de empresarização estava adentrando determinadas organizações esportivas, religiosas e culturais (Costa, 2005; Duriex, 2005; Rodrigues, 2006; Rodrigues & Silva, 2009; Rodrigues & Silva, 2006a, 2006b, 2009; Rodrigues et al., 2014; Serra, 2005; Vargas, 2018). Posteriormente, ao notar algumas limitações quanto à proposta teórica de Solé (2008), os estudos acerca do processo de empresarização passaram a englobar o cabedal teórico de Abraham (2006), estendendo as análises para o âmbito das políticas públicas (Araújo & Silva, 2016; Barcelos & Rodrigues, 2017), do espaço (Costa, 2017), da mídia (Rodrigues, 2013) e da educação superior (Badia, 2017; Duquia, 2018; Rodrigues, 2013; Rodrigues & Silva, 2019a).

Frente ao que foi exposto, busca-se, neste artigo, avançar na articulação e na explicação do que foi até então proposto a partir dos estudos de Rodrigues e Silva (2019a), os quais inserem uma perspectiva de inspiração foucaultiana para olhar o fenômeno da empresarização, além dos escritos de Leclercq-Vandelanoitte (2011), a qual também utiliza uma mesma perspectiva no âmbito dos estudos organizacionais. Assim, a forma como se compreenderá o fenômeno da empresarização parte dos desenvolvimentos de Solé (2008) e de Abraham (2006) e procura avançar a partir de uma orientação inspirada em Michel Foucault.

Deste modo, entende-se o fenômeno da empresarização como um fenômeno histórico e total – ou seja, social, econômico, político, cultural, etc. –, o qual resulta e revela a centralidade e, mais especificamente, o poder que a empresa possui (Rodrigues & Silva, 2019b), ao ponto de ser considerada a força criadora e organizadora das sociedades modernas (Solé, 2008).

Assim como em outras épocas outras instituições foram centrais e detinham maior poder e influência sobre os indivíduos, tal como é o caso da igreja na idade média, é a partir da emergência

da modernidade que as condições favoráveis ao estabelecimento de um conjunto de saber-poder específico, o qual tem como cerne o modelo empresarial, foram estabelecidas.

Desta forma, ao compreender a empresa como um conjunto de saber-poder intenta-se dizer que todo o poder materializado ao redor da ideia de empresa está intimamente envolto com a existência de um campo de saber a ele relacionado, pois, conforme aponta Foucault (1987), não existe o estabelecimento de uma relação de poder sem que haja a constituição de um campo de saber. Isso porque todo saber implica a imposição e constituição de relações de poder. Cabe destacar ainda que essas relações de saber-poder potencializam a sua disseminação e acabam colocando em circulação determinadas normas, crenças, práticas e cultura, as quais passam a ser difundidas por todo o social (Franz & Rodrigues, 2019).

Ocorre que esse conjunto de saber-poder empresarial não surgiu casualmente, mas advém de um processo histórico de construção, que abrange um conjunto de possibilidades e de restrições as quais foram “constituídas em construções discursivas e incorporadas em circunstâncias materiais e em recursos, que permitem certas ações e restringem outras” (Leclercq-Vandelanoitte, 2011, p. 1254). Em outras palavras, a construção desse saber-poder empresarial é resultado de diferentes interações, relações, ações, determinações legais, conflitos e tensões, que envolvem as mais diversas vozes, dentre elas, a de governos, de entes privados, de organismos econômicos, etc., que foram lentamente construídas, fortalecidas e disseminadas.

Outrossim, compreende-se que esse poder³ que a empresa materializa, construído historicamente, não se origina única e somente de si, assim como não se encontra em único ponto, mas funciona e se exerce em rede, ou seja, está constantemente em circulação e movimento, perpassando pelos mais diferentes espaços sociais e aspectos da vida cotidiana, uma vez que o poder está nas relações e nas práticas, sejam elas de aceitação ou resistência (Foucault, 2014).

O que mantém e sustenta a ideia de empresa e, conseqüentemente, todo o seu poder, são distintas estratégias e correlações de forças, as quais envolvem uma série de construções discursivas, além de diferentes estruturas e sistemas de controle, os quais são produzidos e difundidos pelos mais variados meios (Franz & Rodrigues, 2019).

Nesse contexto, os discursos assumem particular relevância tanto por traduzirem um modo de exercício do poder (Foucault, 1999a), quanto por promoverem a criação de uma dimensão favorável à formação de determinadas regras ligadas a comportamentos, atitudes e diálogos que serão socialmente aceitos e legitimados como padrões de conduta a serem reproduzidos pelos indivíduos (Faria & Meneghetti, 2001). Por discurso, Foucault (2008a) entende como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva” (p. 132).

Ressalta-se ainda que os discursos possuem um suporte histórico e institucional que viabilizam e/ou inibem a sua reprodução, além de serem compreendidos como uma prática, pois seu sentido é produzido nas relações e nos enunciados em exercício (Giacomoni & Vargas, 2010). Esta prática, por sua vez, define-se como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área [...], as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008a, p. 133). Foucault (1997) destaca ainda que as práticas discursivas não são apenas uma forma de produzir discursos, elas “ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõe e as mantêm” (p.12).

³ Sobre o poder, Foucault (1988, p. 89) descreve “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.

Desta forma, entende-se que os discursos não são elaborados de forma aleatória, mas seguem determinados interesses das instâncias e das relações de poder que lhe originam e acabam por se materializar nas práticas sociais de diferentes indivíduos, além de neles produzir efeitos (Silva & Machado Junior, 2014).

Já as estruturas e sistemas de controle, no contexto do poder disciplinar, tendem a “fazer com que as pessoas trabalhem de acordo com uma norma, um padrão que deve ser introjetado, ou seja, a pessoa deve agir de acordo com algo que lhe é imposto de fora” (Silva & Alcadipani, 2004, p. 89).

Tais discursos e estruturas e sistemas de controle são construídos e difundidos a partir de um amplo processo histórico o qual envolve relações de força, disputas, jogos de interesses e tensões entre diferentes sujeitos, interessados e intimamente envolvidos nesse processo para que sejam legitimados socialmente, concorrendo para consolidar aquilo que será aceito e funcionará como verdadeiro (Foucault, 2014). Ou seja, uma determinada política de verdade⁴, na qual as características e as maneiras de agir e de pensar que constituem a ideia empresa são naturalizadas e tomadas como referência, sendo comumente associada aos ideais de desempenho, inovatividade, resultado, eficiência, progresso e, conforme destaca Solé (2008), como fonte de felicidade (Franz & Rodrigues, 2019).

Como consequência desta trama, o modelo empresarial passa a ser o modelo referencial. Uma lente empresarial passa a ser utilizada para olhar as demais instituições e organizações, desprezando, por vezes, as suas peculiaridades inatas e distintas das empresariais. À vista disso, não é raro encontrar organizações e instituições, que originalmente, não possuem um caráter empresarial, incorporando os seus pressupostos, sendo, paulatinamente, orientadas a guiarem-se pela a lógica empresarial (Solé, 2008). O que ocorre, portanto, é uma generalização da forma de empresa como o modelo social universal (Foucault, 2008b).

A relevância assumida por esse conjunto de saber-poder implica ainda em algo muito mais profundo relacionado à difusão de uma forma peculiar de como os indivíduos devem estar, devem ver e devem se posicionar no mundo em consonância com a ordem predominante (Rodrigues & Silva, 2019a). Portanto, a tônica desse processo reside na produção de subjetividades e de práticas individuais, as quais passam a alterar a percepção dos próprios indivíduos, bem como a maneira como se identificam.

Edifica-se, então, uma nova dimensão do homem, um novo princípio de conduta que orienta os indivíduos a se enxergarem e agirem enquanto empresas, emergindo o que Foucault (2008b) denomina de “empresário de si mesmo”, sendo “ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (p. 311). Deste modo, um tipo particular de comportamento individual passa a ser potencialmente valorizado em decorrência da ampla disseminação da ideia de empresa, e que sintetiza, ao mesmo tempo, o “empresário de si” conforme descrito por Foucault (2008b): o empreendedor de si mesmo.

A partir disso, infere-se que a empresa, além de ser o modelo ideal a ser imitado por outras organizações e instituições, passa a servir de também de referência para guiar o *ethos* do indivíduo moderno, pois acaba por influenciar na delimitação de comportamentos, além de sinalizar as atitudes desejadas, valorizadas e pretensamente virtuosas.

Acredita-se que a grande vantagem do estabelecimento dessa racionalidade empresarial, sutilmente disseminada por todo tecido social, reside no fato de que ela é capaz de unir as diversas relações de poder existentes na trama de um mesmo conjunto de construções discursivas, as quais têm em seu

⁴ Por verdade, Foucault (2014, p. 13) entende como sendo "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder".

cerne o saber-poder empresarial e que, por sua vez, sustentam a noção de que a empresa se constitui na forma ótima de organizar os mais diferentes domínios do social (Laval & Dardot, 2016).

Cabe salientar que o processo de empresarização contou com um grande aliado, o qual contribuiu sobremaneira para o entrelaçamento dos pressupostos empresariais no tecido social até os dias de hoje. Nesse sentido, destaca-se que o processo de empresarização se acentuou, sobretudo, com o ideário neoliberal, quando, segundo Foucault (2008b), uma lente econômica/empresarial passou a ser utilizada para decifrar os fenômenos os quais não pertenciam estritamente ao campo econômico, estendendo-se, assim, para os fenômenos sociais em geral, e quando se estabeleceu a ideia de que o modelo empresarial é o modelo social universalmente generalizável.

Essa generalização do modelo/forma empresarial, estabelecida nos mais variados campos, perpassa, inclusive, pelo Estado, o qual também passa a utilizar a lente econômica e a se organizar e atuar de acordo com a ordem dominante, tornando-se, assim, um agente incentivador e disseminador do modelo empresarial.

Mudanças significativas no que concerne a esta atuação do Estado iniciaram com o discurso de esgotamento do Estado de bem estar social no final dos anos 1970, quando as políticas de caráter neoliberais, caracterizadas pela defesa de um Estado mínimo e pela radicalização do individualismo, passaram a ganhar terreno, com ações dedicadas a reformas fiscais, redução de gastos sociais, aumento de privatizações, entre outras, indicando uma mudança em direção a uma maior valorização do capital (Anderson, 1995; Arienti, 2003).

Com essas práticas neoliberais direcionadas à defesa de um Estado mínimo, o mesmo já não se destina com igual afincamento para garantir que os diferentes níveis da vida coletiva estejam integrados, mas sim, esforça-se em alinhar a sociedade de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais (Laval & Dardot, 2016).

Se consolida, neste período, uma espécie de tribunal econômico que passa a criticar a atuação governamental (Foucault, 2008b). Crítica esta que, por sua vez, não é somente política e/ou jurídica, mas uma crítica mercantil. Segundo Foucault (2008b), a ação do poder público passa a ser avaliada por critérios puramente econômicos e mercadológicos, sendo amplamente criticado por sua falta global, tanto de produtividade quanto de eficácia (Laval & Dardot, 2016). É neste contexto que o Estado passa a aderir aos pressupostos empresariais com mais intensidade, emergindo, de acordo com Laval e Dardot (2016), o “Estado Empresarial”, adotado por governos capitalistas das mais diferentes orientações políticas (tanto governos de direita como de esquerda).

A premissa que se instaura, portanto, é a de que o modelo empresarial “é sempre mais eficaz que a administração pública, que o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias” (Laval & Dardot, 2016, p. 290). Neste cenário, o Estado torna-se um agente encarregado por reformar e administrar a sociedade para colocá-la a serviços das empresas, além dele próprio submeter-se aos preceitos de eficácia típicos empresariais (Laval & Dardot, 2016).

Com predomínio do modelo empresarial, o que muda, portanto, são os princípios e as formas da ação do poder público, perpassando nessa esfera, um modo de racionalização que se curva à lógica empresarial (Laval & Dardot, 2016). Assim,

Concorrência, *downsizing*, *outsourcing* [terceirização], auditoria, regulação por agências especializadas, individualização das remunerações, flexibilização do pessoal, descentralização dos centros de lucro, indicadores de desempenho e *benchmarking* são todos instrumentos que administradores zelosos e decididores políticos em busca de legitimidade importam e difundem no setor público em nome da adaptação do Estado à ‘realidade do mercado e da globalização’. (Laval & Dardot, 2016, pp. 301-302)

Essas ferramentas e métodos típicos empresariais, assim como a sua linguagem e o seu modelo ideal de funcionamento são transpostos e validados para todos os âmbitos da ação pública, relegando a um segundo plano as finalidades inatas de cada uma das instituições em nome da eficiência e da otimização dos recursos (Laval & Dardot, 2016).

Essa alteração no modo de atuação do Estado, para além dos aspectos acima mencionados, pressupõe, também, uma subversão quanto aos fundamentos modernos da democracia, influenciando inclusive no que está constitucionalmente definido como direitos sociais ligados aos status de cidadão. Nesse sentido, com a intensificação e o avanço do neoliberalismo sobre o Estado, o modelo empresarial tem sido frequentemente utilizado como pano de fundo na formulação, na análise, na intervenção e na implementação de políticas públicas nas suas tradicionais áreas de atuação, como é o caso da educação e, mais especificamente, da educação superior.

O campo da educação superior caracteriza-se por ser um campo complexo, permeado por diferentes atores com visões e com interesses distintos e que estão constantemente em disputa para colocar em prática políticas e projetos dos mais diversos. Imersas nessa dinâmica, as universidades públicas acabam também por serem afetadas por esse jogo de forças que se materializa neste campo. No decorrer de sua história, as universidades brasileiras e seu relacionamento, tanto com a sociedade, como com o Estado, tem sido pautado por tensões e contradições que revelam posicionamentos e visões conflituosos no que tange, sobretudo, ao papel que será desempenhado pelas universidades, as suas finalidades e à sua identidade (Esther, 2016). Tal fato, conforme destaca Esther (2016, p. 352) “implica um forte jogo político, que tende a culminar em políticas e práticas institucionalizadas, mesmo que não consensuais”.

No contexto brasileiro, é a partir do final dos anos 1980 e início anos 1990 que o padrão neoliberal de desenvolvimento efetivamente ganha terreno, construído, ainda timidamente, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1994-1995) e ganhando forças no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (Minto, 2006).

Esse novo padrão de desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos, implantado sob a direção de organismos internacionais, caracteriza-se, fundamentalmente, pela introdução, cada vez maior, na economia nacional de capital financeiro e produtivo internacional, pela abertura às importações de bens e de serviços, pela concessão de subsídios estatais aos exportadores e pela desregulamentação das leis trabalhistas (Neves & Fernandes, 2002).

Consequentemente, as universidades passam a estar imersas neste contexto onde o público (Estado) é responsabilizado pelas crises, é ineficiente, é oneroso, é medíocre, enquanto o privado é sinônimo de excelência, eficiência, qualidade e equidade e, por sua vez, transforma-se no padrão ideal para o público (Frigotto, 1995; Torgal & Esther, 2014).

O que se observou nos governos seguintes até o atual governo foi uma certa continuidade dessas políticas neoliberais que impactam diretamente a elaboração das políticas voltadas à educação superior brasileira. Dentre os importantes instrumentos que passaram a ordenar a educação superior brasileira destacam-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 (Costa & Silva, 2016). Vale destacar ainda a aprovação da lei 13.243/2016, a qual se refere ao novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação, que visa dispor sobre o “estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacidade científica e tecnológica e à Inovação” (Brasil, 2016). Esta lei, dentre outros aspectos, incentiva uma maior interação entre as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e empresas privadas. A referida lei permite o compartilhamento de equipamentos do uso de laboratórios e equipes das universidades e institutos de pesquisas com empresas, bem como autoriza que estas detenham a propriedade intelectual sobre os resultados das pesquisas na qual participa, transformando as universidades em organizações que produzem e que prestam serviços (Costa & Silva, 2016).

Através dessas sucessivas modificações, acentua-se a demanda para que as universidades contribuam e passem a atuar de forma proativa no processo de desenvolvimento, principalmente, econômico, em virtude do reconhecimento da centralidade de seu papel na produção de conhecimento, tecnologias e inovações, o que acaba ocasionando a imposição de novos imperativos às universidades, ligados, sobretudo, à necessidade de se adequar ao discurso hegemônico.

Tais imperativos recaem na disseminação de discursos que indicam a necessidade da remodelação da forma de gestão, do funcionamento e das estruturas organizacionais das universidades, as quais devem se aproximar, cada vez mais, das formas empresariais. Diante disso, reivindicam-se universidades “ágeis, eficientes, inovadoras, produtivas e articuladas com o projeto da produtividade e da competitividade das indústrias do país” (Oliveira, 2013, p. 10), reconfiguradas em prol do desenvolvimento, do empreendedorismo, das inovações, do mercado de trabalho, da tecnologia, cuja racionalidade deve acompanhar a racionalidade do campo econômico (Dourado, 2002).

Frente ao que foi dito, destaca-se que o processo de empresarização se manifesta de distintas formas no campo da educação superior, tal como na tendência à privatização e à mercantilização, na expansão dos *rankings* acadêmicos, assim como no incentivo ao produtivismo, na crescente ênfase nos conhecimentos de ordem técnica e pragmática, entre tantos outros. Neste trabalho optou-se pelo estudo de um discurso específico o qual, com a intensificação do neoliberalismo sobre o âmbito das universidades, tem sido fomentado e amplamente disseminado: o discurso da universidade empreendedora.

Por universidade empreendedora entende-se como sendo aquela universidade que engloba em sua missão, além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico e passa a atuar em prol deste (Etzkowitz, 2003; Etzkowitz et al., 2000). Segundo o autor, o movimento que indica a emergência deste conceito está relacionado com o que ele denomina de “segunda revolução acadêmica”⁵, a qual permitiu que as universidades passassem a ter, também, a missão de apoio ao desenvolvimento econômico e social. Assim, é com a incorporação desta missão que surge a noção de “universidade empreendedora”, intimamente relacionada com a capacidade das universidades transformarem o conhecimento produzido através de pesquisas em atividade econômica, processo este denominado de “capitalização do conhecimento”⁶ (Etzkowitz, 2004).

Dentre essas atividades que “impulsionam o desenvolvimento” e que refletem os argumentos acima expostos encontram-se: a produção e a comercialização tecnológica, a criação de “spin-offs”, abertura de empresas, contratos, cooperação e consultorias para instituições externas, alocação de estudantes e membros universitários para outras instituições, uso de equipamentos e laboratórios universitários por outras instituições, networking e transmissão de conhecimento para o público não acadêmico (Molas-Gallart, 2002, apud Andrade, 2014).

Em linhas gerais, o modelo da universidade empreendedora proposto se apresenta como um instrumento para nutrir a economia, tanto com inovações quanto com competitividade, por meio de diferentes mecanismos e recursos (Cristofolletti & Serafim, 2017).

⁵ De acordo com o autor esta segunda revolução ocorre no âmbito universitário entre o final do século XX e início do século XXI (Etzkowitz, 2004).

⁶ Para Etzkowitz (1998), a capitalização do conhecimento emerge no momento em que o empreendedorismo acadêmico entra em cena manifestando-se como uma extensão das práticas de ensino, de no amadurecimento de práticas de transferência tecnológica. Esta capitalização do conhecimento passa a ligar mais rigorosamente as universidades aos usuários de seus conhecimentos, configurando-a como um ator econômico por direito próprio.

Edifica-se, portanto, pouco a pouco, um modelo de universidade empresarial, ou seja, uma universidade que encontra na ideia de empresa a sua base organizadora, sendo as suas contribuições econômicas muito mais exaltadas frente às demais.

Desse modo, as universidades devem formar para a competitividade, incentivando a qualificação constante dos alunos, o “aprender a aprender”, privilegiando a formação por competências, flexível, criativa e polivalente, auxiliando os indivíduos a conduzirem-se como empreendedores, ou ainda, como indivíduos-empresas (Laval & Dardot, 2016).

Embora este modelo esteja se intensificando no âmbito das universidades, reforçado, sobretudo, pelo contexto mais amplo desenhado com a contribuição dos discursos emanados por diferentes instâncias, este não é o único modelo existente e defendido, muito menos há um consenso sobre a sua importância. Cabe destacar que o campo da educação e, mais especificamente da educação superior, não é um campo neutro, mas sim permeado por tensões, conflitos e disputas que envolvem distintos sujeitos que defendem diferentes concepções e visões acerca do caráter que as universidades devem assumir.

Dentre alguns dos trabalhos já realizados no Brasil que se concentram no estudo do tema “universidade empreendedora” (Almeida et al., 2016; Andrade, 2014; Camargo, 2015; Casado, Siluk & Zampieri, 2012; Guarany, 2006; Lorentz, 2015; Morgades, 2016; Orsett, 2016; Otani, 2008; Rothenbuhler, 2000; Sá, 2014; Souza & Palma, 2010), os mesmos se destacam por abordar e defender positivamente a sua importância. Portanto, ressalta-se a relevância em lançar um novo olhar para o tema proposto a partir da já mencionada associação entre universidade empreendedora e empresarialização, bem como por trabalhar o tema a partir de um viés crítico. Um novo olhar que não refuta o que já foi até então produzido, mas que busca apontar questões que não foram abordadas ou que foram tratadas como evidentes pelos demais estudos.

Neste artigo, volta-se para o estudo de uma realidade específica, da Universidade Federal de Pelotas, na qual o discurso da universidade empreendedora encontra-se presente. Tal fato fica evidente quando vislumbrada a visão da referida instituição:

A UFPel será reconhecida como universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade. (Ufpel, 2019)

O discurso referido acima também se encontra presente no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 - 2020) da universidade, que estabelece, dentre outros, os seguintes objetivos: *incrementar e institucionalizar políticas de integração e intercâmbio com outras universidades e organizações; apoiar iniciativas de inovação tecnológica e desenvolvimento regional; buscar a qualidade e a eficiência administrativa* (Ufpel, 2015).

Pode-se citar também a recente alteração da “Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação” para “Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação”, a qual passou a englobar a coordenação de inovação tecnológica, responsável pelo núcleo de empreendedorismo e incubação e pelo núcleo de propriedade intelectual e patentes.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se por ser de natureza descritiva e por utilizar uma abordagem de caráter eminentemente qualitativo. Ademais, tendo em vista que se buscou conhecer detalhadamente uma determinada realidade, ou seja, da Universidade Federal de Pelotas, a técnica utilizada foi o estudo de caso, cujo objetivo é, de acordo com Yin (1994), investigar um fenômeno

atual dentro de seu contexto de vida real, especificamente quando as fronteiras entre o fenômeno e seus contextos não são claramente definidas.

No que tange ao nível de análise deste estudo, este foi, de acordo com Chanlat (1993), organizacional, no qual foram pesquisados sujeitos, os quais foram selecionados intencionalmente. Tais sujeitos – representados, principalmente, pela atual gestão da universidade (2017 – 2020), foram escolhidos por possuírem destaque na gestão, além de possuírem conhecimento acerca do tema trabalhado e lidarem cotidianamente com o mesmo, podendo, assim, contribuir para uma melhor resposta ao problema de pesquisa proposto.

Deste modo, foram entrevistados, ao total, doze pessoas, dentre elas o reitor, o pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação, o pró-reitor de extensão e cultura adjunto, a pró-reitora de ensino, o pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, o coordenador de convênios e contratos, a administradora da Incubadora Conectar, o administrador do núcleo de proteção intelectual e patentes, o coordenador do núcleo de empreendedorismo e incubação de empresas, o coordenador de relações internacionais, o diretor do centro de desenvolvimento tecnológico e o coordenador de inovação tecnológica.

Neste estudo, foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada, tendo como ponto de partida alguns questionamentos básicos apoiados na discussão teórica que se relaciona com a pesquisa e que, por conseguinte, amplia o campo dos questionamentos no decorrer da entrevista (Triviños, 2015). Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado, composto por quatorze perguntas (abertas) norteadoras, as quais foram sendo ampliadas ou reduzidas conforme o andamento da entrevista. As entrevistas foram autorizadas e gravadas na íntegra na forma de áudio e posteriormente transcritas, também integralmente, sendo preservadas as identidades dos entrevistados, utilizando-se para tanto identificações através das siglas E1, E2, E3, e assim sucessivamente. Ressalta-se, ainda, que as entrevistas foram realizadas durante os meses de julho de 2018 a agosto de 2018, somando um total de 502 minutos de gravação de áudio.

Além disto, com o intuito de reunir mais informações e evidências para a pesquisa, buscou-se lançar os olhares às práticas realizadas na Universidade Federal de Pelotas, as quais possuem íntima relação com aquelas que englobam o universo da “universidade empreendedora”, identificadas a partir da revisão teórica acerca do tema. Tais informações sobre as práticas realizadas na universidade foram reunidas e coletadas a partir de um levantamento da documentação pertinente ao tema. Estes documentos abrangeram, principalmente, as notícias disponíveis no portal da universidade que versavam sobre universidade empreendedora e suas práticas, as informações institucionais (tal como a estrutura das pró-reitorias, suas principais funções e objetivos) também de livre acesso no portal, os relatórios de gestão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de notícias provenientes de outros endereços eletrônicos que auxiliaram na composição dos dados coletados, complementando as informações obtidas através da realização das entrevistas. Cabe destacar ainda, que algumas das informações que não estavam disponíveis para acesso, foram coletadas através de contato direto com os órgãos responsáveis da universidade, seja via e-mail, contato telefônico ou através da ouvidoria.

Os dados coletados foram analisados a partir de uma análise descritiva-interpretativa que, de acordo com Triviños (2015), visa descrever com precisão os fatos e fenômenos da realidade investigada. Porém, como estas realidades estão repletas de significados atribuídos pelo ambiente, bem como são fruto de uma visão subjetiva, descrevê-las apenas não basta. Torna-se necessário, portanto, a interpretação das informações levantadas para que sejam captadas, não somente a aparência dos fenômenos, mas também a sua essência (Triviños, 2015).

Desta forma, a análise dos dados se deu em três distintas etapas. Primeiramente, foi realizada uma pré-análise que se caracterizou, de forma geral, pelo levantamento e pela seleção de todo o

conjunto dos dados coletados que compunham o corpus da pesquisa, além de uma primeira leitura atenta dos mesmos.

Posteriormente, buscou-se realizar uma exploração mais aprofundada dos dados coletados a partir de leituras, da sua organização e do seu agrupamento em temáticas, as quais foram definidas a partir dos critérios de recorrências e aspectos comuns que emergiram dos dados coletados. Nesta etapa, os dados foram reunidos por temáticas tendo como guia os questionamentos presentes no questionário norteador e organizados com o auxílio do programa Microsoft Word Excel.

Por fim, na última etapa, foi realizada a interpretação das informações obtidas a partir das etapas anteriormente descritas à luz do cabedal teórico proposto, a fim de serem alcançados resultados significativos.

Análise e Discussão dos Resultados

Feitas as considerações teóricas e contextuais mais amplas que serviram como norte para esse trabalho, nesta seção apresentam-se a análise dos resultados obtidos a partir da coleta de dados e das discussões que dela suscitaram.

Para a efetiva compreensão de como o processo de empresarização influencia no discurso da universidade empreendedora no contexto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em um primeiro momento optou-se por traçar uma breve contextualização sobre o surgimento da UFPel, bem como das práticas desenvolvidas em seu âmbito com o intuito de situar o campo empírico, bem como para apontar os aspectos gerais que tornaram o discurso da universidade empreendedora possível no seu âmbito. Posteriormente, inicia-se a apresentação, a análise e as discussões que suscitaram da coleta de dados das fontes primárias e secundárias. A priori, optou-se pela não utilização de categorias de análise previamente estabelecidas, mas sim, optou-se por uma organização temática dos resultados obtidos. Assim, três grandes temáticas foram elaboradas a fim de guiar os olhares para a análise do conjunto de dados obtidos na coleta, as quais agrupam em seu escopo aspectos em comum que possibilitarão estruturar e conhecer os principais resultados encontrados a partir da construção deste trabalho. A saber, as temáticas definem-se como: a) Da universidade a universidade empreendedora; b) Universidade, inovação, empreendedorismo e relação universidade-empresa; e c) Da universidade que se tem a universidade que se quer.

Contextualização do Campo Empírico: Um Breve Histórico da Universidade Federal de Pelotas

Localizada na região Sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas, a Universidade Federal de Pelotas, criada no ano de 1969, conta, atualmente, com um universo de 17.468 alunos de graduação, 3.487 alunos de pós-graduação e 1.359 docentes efetivos, distribuídos em 22 unidades acadêmicas, que englobam um total de 96 cursos de graduação (licenciatura/ bacharelado/ tecnólogos/ EAD), além de 99 cursos de pós-graduação (*lato sensu/stricto sensu*), figurando como uma das melhores Universidades Federais do Brasil.

A UFPel se configura como uma universidade de importante significância não só pelo seu impacto gerado em nível nacional, mas também regional, sobretudo, pela qualidade do ensino prestado, pelo seu qualificado corpo docente, pelo volume de pesquisas geradas e pela qualidade dessas publicações. Ao longo de sua trajetória e, frente ao fortalecimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal de Pelotas tornou-se referência no que tange à educação superior pública para o município de Pelotas, bem como para as cidades sediadas em seu entorno, ainda mais se destacado o fato de que Pelotas é a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e um pólo da região na qual se encontra localizada.

Durante os seus quarenta e nove anos de existência, muitas modificações e reestruturações puderam ser evidenciadas tanto em termos de estrutura física, quanto acadêmica e administrativa. Dentre as áreas em que foi possível observar mudanças significativas, destacam-se, principalmente, aquelas voltadas ao empreendedorismo e à inovação, centrais na configuração de uma universidade empreendedora.

Dito isso, ressalta-se que a história do empreendedorismo e da inovação no âmbito da universidade está intimamente relacionada com a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), a qual instituía que todas as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) deveriam possuir o seu próprio Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Assim, em janeiro de 2005, a UFPel, atendendo à exigência da referida lei, estruturou o seu núcleo denominado de Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade Intelectual (AGT), ligado a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Percebe-se aqui, portanto, o início da instauração das condições de emergência para o discurso da universidade empreendedora no âmbito da UFPel.

Em 2009, a AGT passou a fazer parte da estrutura administrativa da UFPel, através da portaria 1.393 de 21 de outubro, fato este que contribuiu para a consolidação do regimento e da normatização da agência. Nesse intervalo de tempo, em 2008, quando a AGT já havia sido criada e regulamentada, a UFPel passou a fazer parte do projeto Pró-Inova, através de edital do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) com a FINEP, cujo propósito era a implantação de uma rede de Núcleos de Inovação Tecnológica de universidades do Rio Grande do Sul (Acunha, 2016). Tal iniciativa contribuiu sobremaneira para a implantação e para a estruturação da agência, importante passo da Universidade rumo à construção de um processo de institucionalização do empreendedorismo e a da inovação em seu âmbito.

No ano de 2013, com uma nova gestão à frente da universidade, a mesma passou por um processo de reformulação na sua estrutura administrativa que acabou transformando a até então Agência de Gestão Tecnológica para Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT), voltando a estar vinculada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Até este momento a então AGT estava mais voltada a questões operacionais, principalmente aquelas relacionadas à propriedade intelectual. Entretanto, com sua transformação em Coordenação de Inovação Tecnológica, seu escopo de atuação aumentou, passando a se responsabilizar pela criação de políticas voltadas à inovação, pela geração e transferência de tecnologias, por uma interface mais forte junto ao setor produtivo e pelo estímulo à formação empreendedora na universidade.

Com tal reestruturação advinda, em especial dessa gestão (2013-2016), o compromisso com o desenvolvimento regional, a partir das ações que envolvem empreendedorismo, geração de inovação, além das parcerias entre universidade e empresas, fica mais evidente na universidade. Fato este que pode ser vislumbrado a partir das atribuições conferidas a coordenação, as quais seguem:

- I) Estimular, realizar e gerenciar parcerias com o setor público e privado;
- II) Dar apoio técnico na preparação de projetos cooperativos e em acordos entre universidade e seus parceiros;
- III) Implementar a política de propriedade intelectual;
- IV) Promover e incentivar ações de inovação tecnológica e;
- V) Apoiar e estimular a formação de novas empresas de base tecnológica. (Ufpel, 2013)

Ademais, a CIT passou a ser composta por dois diferentes núcleos que a estruturam, sendo eles o Núcleo de Propriedade Intelectual e Patentes e o Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas. O primeiro passa a ser responsável por “dar suporte à elaboração de patentes, por

gerenciar o registro das patentes junto ao INPI, por executar a política de inovação tecnológica da instituição e por dar suporte negocial aos processos de transferência de tecnologia” (UFPEL, 2013, p. 221). Já o segundo núcleo tem como responsabilidade:

Gerenciar e manter a Incubadora de Base Tecnológica Conectar da UFPel, por desenvolver atividades formadoras na área de empreendedorismo e realizar atividades conjuntas com entidades representativas, como os APLs (Arranjos Produtivos Locais), Conselho Regional das Empresas-Juniores (CREJ) da UFPel e demais entidades externas ligadas à área de inovação e empreendedorismo. (Ufpel, 2018a, p. 221)

No ano de 2015 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020 (PDI) da UFPel, documento no qual a universidade expressa os seus principais objetivos estratégicos e as ações para alcançá-los. Nesse sentido, a UFPel, através do seu PDI, afirma a sua posição institucional favorável ao empreendedorismo e a inovação, por exemplo, ao traçar, no eixo temático da “pesquisa”, os seguintes objetivos:

26. Ampliar as parcerias com as instituições da região na área de pesquisa, inovação tecnológica e empreendedorismo.
27. Ampliar as ações de fomento ao empreendedorismo.
28. Qualificar e ampliar as ações de proteção da propriedade intelectual produzida pela UFPel.
29. Qualificar e ampliar os processos de transferência de tecnologias desenvolvidas na UFPel. (Ufpel, 2015, p. 17)

Ressalta-se, portanto, que o processo de institucionalização do empreendedorismo e da inovação na universidade se fortalece, sobretudo a partir dessa nova configuração que se delinea com a gestão de 2013, se consolidando, assim, a partir de diversas ações realizadas no âmbito acadêmico.

Durante os quatro anos da gestão que tomou posse no ano de 2013, conforme relatórios de gestão, foram realizadas ações com objetivo de regularizar e de organizar os documentos referentes aos depósitos e acompanhamento de patentes, além da realização uma série de ações a fim de fortalecer e disseminar a cultura da propriedade intelectual na comunidade acadêmica. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as negociações em torno das transferências de tecnologias para o setor produtivo, além de ações de apoio aos pesquisadores na realização de convênios de desenvolvimento tecnológico com empresas e ICTs. A participação mais ativa da UFPel junto aos Arranjos Produtivos Locais da região sul também pode ser observada, inclusive através da interface entre pesquisadores e empresas, da participação em reuniões e da promoção de eventos ligados à temática de empreendedorismo, inovação e tecnologia. A organização e a oferta de uma disciplina de empreendedorismo voltada para o público da pós-graduação também teve a sua primeira edição no ano de 2013, tendo a sua continuidade nos anos seguintes. Pode-se observar, também, uma intensa programação de eventos, tais como o Concurso de ideias inovadoras, o *workshop* de empreendedorismo e inovação na pós-graduação, treinamentos sobre plano de negócios ofertados junto com o Sebrae, palestras sobre relação universidade-empresa, empreendedorismo, inovação e incubação de empresas, entre outros.

Ressalta-se, ademais, o início das discussões com relação à construção e a implantação na UFPel de uma política de inovação tecnológica que, até o momento, não foi concretizada e a criação, em 2016, do Comitê Institucional de Propriedade Intelectual. A gestão de 2013-2016 também teve

uma participação ativa e importante na criação do Parque Tecnológico de Pelotas: o “Pelotas Parque Tecnológico”. Além disso, houve a participação da CIT na elaboração da política institucional das Empresas Juniores (EJ) e do Regimento Interno do Conselho Regional de Empresas Juniores (CREJ), aprovados pelo CONSUN em 2016.

No ano de 2015, houve a criação da primeira Incubadora de Empresas de base tecnológica da UFPel: a “Conectar”. A incubadora se consolidou como um “ambiente formado para abrigar empresas cujos processos, produtos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas básicas ou aplicadas, nos quais a ciência e a tecnologia geram inovação e representam valor agregado” (Conectar, 2018).

Durante o período acima mencionado, portanto, uma série de fatores contribuiu para formar as bases do que se entende por universidade empreendedora e, desta forma, consolidar a sinalização da UFPel em direção às práticas voltadas para a inovação e para o empreendedorismo. Tais ações, aqui vistas também como discursivas, fazem parte do universo do discurso da universidade empreendedora na UFPel.

No ano de 2017, tomou posse a nova gestão que está à frente da UFPel atualmente, cujo programa de gestão defende “*Uma UFPel Diferente*”. Assim como em 2013, a nova gestão empreendeu esforços internos de reestruturação em alguns setores da universidade, permanecendo, também, o compromisso com relação ao empreendedorismo e a inovação.

A principal mudança dentro do contexto acima mencionado refere-se à incorporação da “inovação” junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, agora denominada de Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Tal mudança vem a reforçar o compromisso da universidade, bem como o papel desta pró-reitoria quanto à inovação e ao empreendedorismo, o qual no antigo organograma já estava a ela destinado, conforme descrito no relatório de gestão de 2017:

O ano de 2017 foi marcado por ser o primeiro ano da gestão *Uma UFPel Diferente* na frente da então Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG, a qual teve seu nome trocado em maio de 2017 para Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, quando o nome Inovação foi incluído, *pois sendo um eixo programático da gestão e por estar presente no PDI, a gestão da Universidade vislumbrou como necessário o chamamento no nome desta pró-reitoria.* (Ufpel, 2018a, p. 221)

Outra ação da nova gestão da universidade foi no sentido de realocar a Incubadora de base tecnológica da universidade, a Incubadora Conectar, junto ao Parque Tecnológico da cidade de Pelotas. Além do aumento na área física disponível à incubadora, tal iniciativa é justificada no sentido de integrar a universidade, a partir da sua incubadora, junto a um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação.

Juntamente com o que foi acima mencionado, conforme relatório de gestão, outras importantes ações foram desenvolvidas no ano de 2017, tais como a criação de bolsas de iniciação tecnológica da UFPel, a criação do 1º congresso de inovação tecnológica da UFPel, a realização de palestras e cursos sobre empreendedorismo e incubação de empresas, a aproximação da UFPel com empresas pertencentes ao APL da Saúde de Pelotas e região para interação acadêmica e/ou tecnológica, a análise e depósito de novas tecnologias junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), entre outras (Ufpel, 2018a).

A partir disso, infere-se, portanto, que todo um ambiente propício a construção e a disseminação do discurso da universidade empreendedora foi edificado no âmbito da UFPel a partir da criação de uma série de mecanismos institucionais, transformações organizacionais e de diferentes ações que foram sendo desenvolvidas ao longo da história da UFPel construindo, desta forma, um senso comum favorável a esse discurso. Cabe destacar que tais práticas só foram possíveis visto que

elas fazem parte de um contexto maior de aceitação e disseminação das ideias e valores que essas ações simbolizam. Dito isso, os princípios que guiam, principalmente a atual gestão, entram em sintonia com esse contexto mais amplo, tornando legítimo o empreendedorismo, a inovação, as parcerias entre universidade-empresa, etc.

Da Universidade a Universidade Empreendedora

Ao abordar o tema “universidade empreendedora”, invariavelmente a questão da função desempenhada pelas universidades emerge e torna-se objeto de reflexões. Com relação a esse aspecto, há uma predominância da percepção de que, para além das funções legais e tradicionalmente relegadas, as universidades devem desempenhar também a função de produtora de inovações, principalmente sob a justificativa de transferir o conhecimento gerado para a sociedade, o que acaba por contribuir com a construção da visão da universidade como agente impulsionador do desenvolvimento econômico. A fala a seguir ilustra tal fato:

Na minha concepção, eu acho que as universidades hoje no mundo, as mais desenvolvidas, e no país algumas já começaram a enxergar isso, que é o que a gente tem tentado fazer, que é que a universidade tenha além da missão de ensino, pesquisa e extensão, tenha *ensino, pesquisa, extensão e inovação*. Dentro disso, obviamente, tem empreendedorismo, e tudo, mas algo que possa *gerar conhecimento, que esse conhecimento vire produto ou processo, alguma coisa que isso retorne para sociedade*, que a gente consiga transferir alguma tecnologia, alguma coisa que isso possa ser usada dentro da sociedade como uma pesquisa que foi feita aqui dentro, mas que ela retorne como algo, digamos, diretamente para a sociedade. (E12)

Observa-se que, o que deveria ser tratado como uma consequência do ensino, pesquisa e extensão, tem migrado para um dos papéis essenciais que devem ser desempenhados pelas universidades, tal como é o caso da inovação. Se a economia e, principalmente as empresas são, cada vez mais, movidas pelo culto à inovação constante, as universidades, como produtoras de conhecimento, devem ser capazes de dar respostas à altura. Além disso, a universidade passa a incorporar mais um papel dentre tantos outros, tornando-se uma instituição cada vez mais polivalente.

Ademais, destaca-se a percepção de alguns dos entrevistados com relação à importância da contribuição da universidade no sentido de dar respostas a problemas da sociedade através da produção de conhecimento, as quais poderão influenciar no desenvolvimento regional. Para tanto, ressalta-se que as universidades devam estar atentas as demandas advindas da sociedade visando fornecer-lhes retornos adequados, tal como pode ser evidenciado a seguir:

Hoje a gente tem muitas pesquisas que partem de dentro da instituição para fora. Muitas vezes o pesquisador ou o professor *gere uma demanda* que na cabeça dele é importante e tenta transferir para a região ou para o contexto onde a faculdade está inserida. Eu acho que tinha que ser ao contrário, eu acho que de alguma maneira a universidade tinha que entender, através de conversas com prefeituras, com associações, com diálogo mais diretamente com a população, e entender qual que é *a necessidade desta população*, qual que é a carência dessa população, não só a população, mas uma associação de produtores rurais ou empresas que estão inserida e entender *qual é a demanda, a necessidade daquele nicho e, a partir daquela demanda, a universidade gerar as suas ações*. Eu acho que em muitos casos, ainda, a gente

tem ao contrário, as ações partem de dentro de dentro da instituição sem saber se é aquilo mesmo que a nossa região precisa. (E2)

Nesse contexto, a universidade passa a assumir uma característica de prestadora de serviços, onde a mesma deve estar atenta as demandas e aos problemas locais para, de pronto, ir em busca de possíveis soluções através de seu corpo docente e discente.

Em geral, percebe-se a defesa de uma concepção de universidade que é parte integrante da sociedade. Tal posicionamento pode ser vislumbrado a partir da fala daqueles que defendem um maior estreitamento das relações entre universidade e comunidade, bem como daqueles que defendem uma concepção de universidade como, nos termos de Polanyi (2000), um acessório do mercado. Esse delineamento, além de repercutir no âmbito universitário uma forma de atuação proativa e multifuncional que remota a atuação empresarial, favorece e é utilizado como estratégia discursiva para a que as universidades passem a dar atenção e a incluir como um dos aspectos fundamentais de sua atuação as contribuições em prol do desenvolvimento econômico centrado na valorização mercadológica e, sobretudo, empresarial.

Outrossim, dentre os argumentos mobilizados para destacar a positividade da configuração de uma universidade empreendedora, destacam-se a possibilidade da criação de novas formas de trabalho e emprego através do incentivo ao empreendedorismo no âmbito acadêmico, o incentivo a inovação, a possibilidade de retenção de “talentos” na região a partir do incentivo a criação de novos negócios e novas oportunidades através do fomento ao empreendedorismo e a aproximação da universidade na construção de uma nova realidade para a região, pois, conforme destacou um dos entrevistados “uma universidade que dialoga de forma empreendedora, ela não tem como estar fora da realidade, ela se aproxima da realidade” (E10).

O que se defendem, em geral, é a criação de uma realidade que não é a atual realidade da região. Privilegia-se a participação da universidade na construção de um contexto de desenvolvimento no qual os indivíduos tenham a oportunidade de permanecer na sua região através da construção de uma subjetividade voltada ao empreendedorismo e não a criação de agentes transformadores de realidade.

O comportamento empreendedor é o comportamento desejado e valorizado, que guia o ethos do indivíduo moderno por manter uma íntima relação com esse mundo-empresa e o discurso em torno da universidade empreendedora reforça essa ideia, fazendo da universidade a porta-voz de um empreendedorismo que, por estar pretensamente justificado via conhecimento científico, torna-se de mais fácil aceitação.

Em linhas gerais, observa-se que o discurso local que se constrói em torno da universidade empreendedora defende um ideal de universidade que a coloca como uma estrutura central para o desenvolvimento capitalista, seja como formadora de capital humano especializado, seja como impulsionadora de novos negócios ou ainda como um grande centro de geração de inovação e novas tecnologias. Nesse sentido, se vocaciona a universidade em prol do atendimento de aspectos tal como o da competitividade, da produtividade e da eficiência, bem como das expectativas “econômico-mercadológicas, favoráveis a uma ciência e formação instrumentais e úteis à produção e ao consumo” (Goergen, 2014, p. 562).

O discurso da universidade empreendedora mobiliza tantos aspectos positivos que, quando questionados a respeito dos seus pontos negativos, há uma certa dificuldade em percebê-los. De forma geral, a universidade empreendedora é representada como um modelo legítimo e pleiteado no âmbito universitário, cujo conteúdo é esvaziado de seu caráter ideológico e associado a diversos aspectos voltados ao bem comum, tal como a criação de novas opções de trabalho, a obtenção de fontes alternativas de recursos, a retenção de talentos, o desenvolvimento, etc. Esses aspectos contribuem para a aceitação e a disseminação deste modelo de universidade cujos novos papéis

sociais que lhe são atribuídos, a exemplo da produção de inovações e tecnologias e a formação para o empreendedorismo, são orientados por uma lógica que vai ao encontro da racionalidade empresarial que preza pela competitividade, pela inovação, pelo empreendedorismo, pela modernização, pela eficiência, pela flexibilidade e pela competitividade.

Inovação, Empreendedorismo e Relação Universidade Empresa

Percebeu-se que, com frequência, três vetores são mobilizados e articulados para se falar em universidade empreendedora, os quais funcionam como pilares que a sustentam, a saber: o empreendedorismo, a inovação e as relações entre universidade e empresa.

Em geral, a ideia que se constrói em torno da inovação vincula-se a um viés utilitário atrelado a noção da aplicação prática do conhecimento para geração de valores. Nesse contexto, as universidades aparecem como um espaço privilegiado e estratégico na descoberta, na produção e na aplicação de novas e diferentes inovações, principalmente pelo reconhecimento da importância do conhecimento nesse processo, conforme corrobora a fala a seguir:

Como eu te disse, eu acho que a inovação só consegue existir a partir do conhecimento e, como a universidade deve, primariamente, gerar conhecimento, eu acho que ela deve gerar inovação. Eu acho que a relação é direta. Eu acho que muito do que se faz é no intuito de descobrir ou novas formas de fazer ou novas possibilidades de processos industriais ou novos produtos. Acho que, basicamente, o conhecimento serve para isso. (E8)

Para que a universidade possa se configurar em um locus de inovação, ela precisa apresentar características que estabelecem uma relação com o campo de saber empresarial, tais como ser ágil, flexível, criativa, interdisciplinar, proativa, aptas a mudanças, etc. Assim, tem-se na empresa o modelo discursivo ideal a ser imitado pelas universidades para que elas consigam ser mais produtivas em todos os aspectos, inclusive no que tange a inovação. A inovação que vem sendo trabalhada no âmbito da UFPel não está dissociada do saber-poder empresarial, pelo contrário, é uma inovação incrustada à uma lógica mercadológica, a qual assume a empresa como referencial, principalmente, ao promover uma série de práticas que privilegiam, dentre elas, a produção de conhecimento de caráter utilitário e funcional, a competitividade, o comportamento inovador (de docentes e discentes), a produção do novo (produto/processo) no âmbito universitário, etc.

Ao ressaltar a importância da cultura da propriedade intelectual na UFPel, um dos entrevistados revela que “[...] a inovação também se estimula a partir do momento que tu começa a se dar conta de que o conhecimento é uma mercadoria e que pode ser apropriado” (E5). A fala do entrevistado pode ser corroborada pela crescente do número dos pedidos de depósitos de patentes feitos pela UFPel ao longo dos anos junto ao INPI e que, hoje, somam um total de 155 pedidos, conforme o gráfico 1 abaixo. Cabe destacar que destes 155 pedidos, foram concedidas até o momento 4 patentes.

Gráfico 1

Pedidos de depósitos de Patente realizados pela UFPel até dezembro de 2018



Fonte: Cit, 2018a.

O maior evento científico promovido pela UFPel, a semana integrada, foi modificado, passando, também, a englobar a inovação. Nesse sentido, em 2017 ocorreu o 1º Congresso de Inovação Tecnológica cujo principal objetivo concentra-se no acompanhamento, promoção e divulgação das “produções técnico-científicas de estudantes da Universidade Federal Pelotas e outras instituições que atuam em pesquisas voltadas ao *empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico e inovação*” (Cit, 2018b). Esses eventos funcionam como uma espécie de mural, onde as produções técnico-científicas são analisadas e avaliadas, sobretudo, a partir de um viés empresarial/empreendedor, já que, no caso Congresso de Inovação Tecnológica, parte da banca avaliadora é composta por empresários locais ligados a incubadora da UFPel.

A inovação também está presente nas modalidades de bolsas institucionais ofertadas pela UFPel, a partir do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* e do *Programa de Bolsas de Inovação Tecnológica*. Essas bolsas ofertadas funcionam como dispositivos que visam estimular, através de recompensas (monetárias, neste caso), alunos e professores a se envolverem em atividades voltadas a inovação, privilegiando, desta forma, a pesquisa aplicada e a inserção dos graduados em atividades laborais que tem a inovação como foco.

Percebe-se que a inovação que vem sendo trabalhada não está dissociada do saber-poder empresarial, pelo contrário, é uma inovação incrustada à uma lógica mercadológica, a qual assume a empresa como referencial, principalmente, ao promover práticas que privilegiam a produção de conhecimento de caráter utilitário e funcional, a competitividade, o comportamento inovador, a produção do novo no âmbito universitário, etc.

Já a construção do discurso da gestão em torno do empreendedorismo fortalece a ideia do empreendedorismo como a “saída”, a “mola propulsora”, ou seja, como a fórmula através da qual será possível alcançar o progresso, tal como nos termos shumpeteriano (1961), onde o empreendedorismo se vincula à geração de inovações que, por seu turno, irão levar ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o empreendedorismo torna-se uma palavra “fetiche”, naturalizada, que põe em circulação uma série de elementos que operam pela sua positividade e que aludem a benefícios tanto sociais quanto econômicos, seja através da criação de seu próprio negócio, de novas ferramentas e técnicas, de novas metodologias, de novos produtos, etc.

Empreender, dentro dessa ordem do discurso, torna-se a atitude desejada, o padrão ideal de conduta e, como destacou um dos entrevistados “[...] o empreendedorismo entra justamente nesta lógica de que quem não empreender vai ficar de fora” (E7). Em meio a um contexto neoliberal relacionado a um constante afastamento do Estado no que tange ao provimento de políticas sociais, mesclado a um cenário marcado por constantes transformações e instabilidades no que tange a questões trabalhistas, o discurso do empreendedorismo emerge como a grande solução.

Nesse contexto, as universidades ganham relevância estratégica como um dos principais espaços de produção e difusão do empreendedorismo. Há um entrecruzamento do discurso do empreendedorismo junto ao da educação superior, o que faz com que as universidades contribuam para a reprodução e legitimação de um padrão ideal de comportamento baseado no empreendedorismo e no eu empreendedor.

Eu acho que a universidade empreendedora não tem que preparar o seu aluno somente para concurso público ou para a academia e, também, *preparar o aluno para ele ser o dono do seu próprio negócio*. Preparar o aluno para ele ser *capaz de empreender, de gerar emprego, gerar renda, gerar o seu sustento*. Então, eu acho que a universidade empreendedora deve pensar nessa outra opção de carreira para o seu aluno. Não só concurso público ou seguir a carreira acadêmica e, sim, também, ser um empreendedor. Eu penso que a universidade para ser empreendedora, ela tem que trabalhar dentro da sala de aula, o professor tem que trabalhar empreendedorismo e inovação. (E1)

Assim, a universidade torna-se um dispositivo de formação social capaz de mobilizar as capacidades subjetivas dos indivíduos em prol do neoliberalismo e do processo de empresarização. É a universidade atuando na produção de uma subjetividade, reproduzindo através das suas práticas acadêmicas aquilo que Foucault (2008b) denomina de empresário de si mesmo. Quando os entrevistados ressaltam que a universidade deve “treinar para o empreendedorismo”, “desenvolver o espírito empreendedor”, “preparar o indivíduo para a transformação”, dentre outros, legitima-se a empresa também como norma de conduta.

Sob mais este aspecto a UFPel se mostra atuante, podendo ser observado através de práticas que têm sido empreendidas e que impactam, inclusive, nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A UFPel, por exemplo, possui um núcleo, dentro da Coordenação de Inovação Tecnológica, voltado exclusivamente para a temática, denominado *Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas*. Dentre as suas principais responsabilidades estão a difusão da cultura empreendedora e o incentivo a formação de novas empresas a partir da Incubadora Conectar (Ufpel, 2018b).

Nesse contexto ganha relevância a *Incubadora de Base Tecnológica Conectar*, destinada a ser um ambiente para acolher novas empresas, as quais trabalham com a geração de produtos, processos ou serviços advindos de pesquisas nas quais ciência e tecnologia resultem em inovação. Além das incubadoras, as Empresas Juniores (EJ) também são exemplo de novos arranjos organizacionais voltados ao empreendedorismo que tem representatividade na UFPel. A UFPel conta, atualmente, com 11 empresas juniores em funcionamento, que envolvem um total de 166 alunos, ligadas a 13 diferentes cursos de graduação.

Tanto a incubadora quanto as empresas juniores são estruturas que ganham importância por materializarem a aproximação entre universidades e empresas, por proporcionarem a experiência prática aos alunos e por promoverem o desenvolvimento. Porém, de forma implícita, esses arranjos inserem modificações quanto ao relacionamento entre universidade e sociedade de forma a beneficiar o setor empresarial, exaltam o conhecimento adquirido na prática (saber-fazer) como aquele que proporcionará o sucesso profissional em detrimento do conhecimento teórico (dever-

saber), direcionam a universidade (estrutura física, recursos financeiros e recursos humanos) para atender demandas empresariais, reforçam ideia da empresa como a organização levará ao desenvolvimento, fomentam a flexibilização e a precarização do trabalho, além de incutirem nos discentes e docentes a subjetividade do “eu empreendedor” e a necessidade de empreender em qualquer circunstância.

Outrossim, em 2018, foi lançado um edital para a concessão de bolsas de “empreendedorismo inovador”, através das quais alunos de graduação têm a possibilidade de participar de atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a empresas incubadas da Conectar. Conforme edital, o programa de bolsas visa contribuir para: (a) a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; (b) a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país; e, (c) a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

Já quando se trata de relação universidade-empresa, um tipo específico de conhecimento passa a ser valorizado, ou seja, o conhecimento que possa ser aplicável do ponto de vista prático, que pode ser transformado em valor econômico/comercial.

Ademais, a relação entre universidade e empresas emerge como um indutor de desenvolvimento, mas um desenvolvimento que encontra no mercado e, mais especificamente nas empresas, a sua possibilidade de concretização:

[...] O Brasil hoje vende commodities, o Brasil não desenvolve determinados produtos que poderia desenvolver e a academia tem muitas soluções nesse sentido. Então, isso para mim é *falta de diálogo entre a academia e o setor produtivo*. Então, eu acho que *essa aproximação fortalece*. Nos países desenvolvidos há muito tempo a indústria conversa com a academia e isso os torna fortes. Tanto a indústria conversa com a academia, como o próprio governo, seus órgãos de devesa conversam com a academia. [...] Então, *não ter esse cuidado, esse diálogo com a academia, é um atraso social*. Essa falta de diálogo entre o poder público, entre o setor industrial com a academia é um atraso social, porque *esse diálogo é que oxigena o sistema* [...] (E11)

Nesse sentido, as universidades tornam-se um importante dispositivo através do qual se torna possível a realização de novos negócios a partir da progressiva incorporação de pressupostos empresariais nos modos de se produzir conhecimento pragmático e de se fazer ciência. A partir de tais interações com o setor privado, vislumbra-se a possibilidade da universidade “socializar” o conhecimento científico produzido, ou seja, tem-se a percepção de que o conhecimento se torna acessível à sociedade a partir da sua transferência para o mercado. Nesse contexto ganha destaque, novamente, a própria estrutura da Coordenação de Inovação Tecnológica destinada, dentre outros fins, a “apoiar o desenvolvimento e implantação de tecnologias e de apoio a grupos de pesquisas e suas interações com empresas e arranjos empresariais, na elaboração de planos de desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial” (Ufpel, 2018b).

Um importante marco no que tange a interação entre universidade e empresa na UFPel se refere a *primeira transferência tecnológica* realizada no ano de 2018. Mais recentemente, a UFPel foi contemplada com bolsas de doutorado através do edital “*Doutorado acadêmico para Inovação*”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual os alunos que receberem a referida bolsa deverão desenvolver projetos de doutorado que estejam em consonância com a necessidades do setor empresarial. Os cursos contemplados (veterinária, odontologia, computação e ciência e tecnologia de alimentos) deverão atuar em parceria com sete empresas para a elaboração de algum processo ou produto específico os quais serão direcionados para o mercado.

Nesse sentido, a UFPel produz e faz circular o saber-poder empresarial ao promover a defesa de práticas que permitem a apropriação privada de resultados provenientes de pesquisas públicas, ao fomentar a produção de conhecimento que tenha possibilidade de aplicação prática e de geração de valor, ao privilegiar, nesse contexto, as áreas do conhecimento que possuem potencial para a geração desse conhecimento “útil”, ao inserir a noção de escassez de recursos nas universidades e vislumbrar na empresa uma fonte alternativa de recursos, ao associar a noção de progresso ao desenvolvimento empresarial, além da própria modificação organizacional da universidade, através da adequação e da criação de novas estruturas para fomentar, regulamentar e institucionalizar essas relações.

Da Universidade que Se Tem à Universidade que Se Quer

Buscou-se verificar se o discurso da universidade empreendedora influencia na própria identidade da UFPel enquanto uma universidade que empreende. Nesse sentido, é consenso entre os entrevistados que a UFPel ainda não pode ser considerada uma universidade empreendedora, vide o conjunto de práticas desenvolvidas em seu contexto, conforme destacou um dos entrevistados: “[...] embora reconheçamos as evoluções recentes, a UFPel é uma universidade que está em estágios iniciais para poder ser chamada de uma universidade empreendedora” (E10).

Percebe-se que, apesar da UFPel ainda não ter assumidamente uma identidade “empreendedora”, há uma tendência, a qual reconhece um esforço no sentido de constituí-la como tal, que reconhece que ser uma universidade denominada empreendedora é ser uma universidade presente em uma determinada política de verdade, a qual tem o empreendedorismo, a inovação, a relação universidade-empresa como critérios para tal e desenvolver tais critérios torna-se indispensável.

Esse discurso encontrou eco no contexto organizacional da universidade, principalmente frente à estrutura de poder configurada através da gestão atual, ficando visível através das modificações que vêm sendo estruturadas ao longo do tempo (e que podem ser entendidas também como práticas de cunho político). Isso faz com que a UFPel se insira em um processo crescente de empresarização do ensino superior, principalmente por ser um modelo de universidade que estreita o seu *modus operandi* ao empresarial, que estimula a competitividade e a eficiência em uma lógica de performance proativa, que fortalece a noção de autonomia (principalmente financeira), que potencializa a noção de produtividade em todos os setores e que preza tanto por uma estrutura quanto por uma atuação mais flexível.

Por ser um modelo de universidade sustentado por um discurso que põe em circulação uma série de referências à lógica empresarial, qualquer posicionamento contrário à sua reprodução é visto como infundado. Em defesa do modelo proposto, diferentes justificativas sociais são mobilizadas discursivamente com o intuito de facilitar a sua aceitação e a sua preservação, tal como a geração de empregos, a geração de renda através do empreendedorismo e a sustentabilidade financeira das universidades.

Ademais, intenta-se, discursivamente, esvaziar todo o conteúdo ideológico presente na noção de universidade empreendedora através da construção de um modelo de universidade racional, como se esse discurso fosse um discurso a-ideológico, apolítico, ahistórico e que faz parte de um processo natural de modernização das universidades.

Apesar da defesa do modelo da universidade empreendedora ocorrer por grande parte dos entrevistados, há também relações de resistência, as quais evidenciam a multiplicidade de opiniões, posicionamentos e discursos que permeiam o ambiente universitário, caracterizando-o muito mais como um ambiente de disputas do que de consenso.

Não obstante a isso, evidencia-se que o discurso em torno da universidade empreendedora não é o único discurso que permeia o âmbito das universidades, mas é um discurso que, através de

múltiplas relações, de diferentes dispositivos e relações de poder, cria um contexto social de aceitação, tornando-o legítimo e possível no âmbito da UFPel, conforme a fala a seguir:

Se a universidade do futuro não for uma universidade empreendedora, *ela não vai ser universidade*, na minha visão. Se ela não tiver esse comportamento, *ela vai deixar de ser uma universidade* e ela vai tornar-se um centro de educação, uma coisa assim. Mas ela vai deixar de ser universidade que a gente vê e até já em algumas instituições do exterior, principalmente. Então, todas elas que se tornaram universidades, elas pensaram em áreas, principalmente, algumas *áreas estratégicas* como a área de empreendedorismo como uma área de futuro. *Se a gente não tiver uma universidade como o nome diz, universidade empreendedora, então no futuro a gente não vai ter universidade.* Basicamente isso. (E12)

É a construção discursiva desse contexto de aceitação e legitimação que, de certo modo, “naturaliza” e torna possível a existência do pressuposto de que o futuro da universidade rumo em direção ao empreendedorismo.

Considerações Finais

A construção do presente artigo buscou compreender como o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora. Ao escolher como objeto a Universidade Federal de Pelotas para analisar o referido discurso, percebe-se que toda uma trama é construída nesse contexto, a partir da qual o saber-poder da empresa é posto em circulação através de um jogo constante que envolve distintas relações de poder entre diferentes indivíduos.

No caso da UFPel, o discurso da universidade empreendedora se funda em diferentes práticas discursivas que fazem constante referência ao saber-poder da empresa, as quais buscam realizar modificações no contexto organizacional da universidade. Ao disseminar o discurso da Universidade empreendedora, a UFPel acaba por formar um campo de saber que tem como base de constituição a linguagem empresarial, suas normas, suas crenças, suas práticas e também a sua cultura. É justamente a formação deste campo de saber que reflete e reforça o poder da empresa na modernidade.

Essa trama não se constitui ao acaso, mas é resultado de um amplo processo histórico, político e institucional que envolve relações de aceitação e de resistência, o qual fez com que o discurso da universidade empreendedora se tornasse viável, legítimo e passível de ser reproduzido por determinados sujeitos que fazem parte da estrutura de poder que molda a universidade.

Frente a isso, após a análise das percepções dos gestores e das práticas realizadas na UFPel, constata-se que o discurso construído em torno da universidade empreendedora na universidade, por se constituir em uma das implicações do processo de empresarização, põe em circulação uma série de referências ao saber-poder empresarial, principalmente ao defender uma universidade cuja atuação deva fomentar e incutir a inovação, inclusive, como uma de suas principais funções, ao objetificar a universidade como um agente impulsionador (um meio, um instrumento) do desenvolvimento, a qual encontra no fomento a novos negócios, a novos produtos, a novas soluções e na criação de riquezas (transformação do conhecimento em valor econômico) a sua possibilidade de concretização. Acentua-se a busca por uma atuação da universidade cada vez mais multifuncional, pró-ativa, atenta ao que a sociedade demanda. Ademais, reivindica-se por parte da universidade uma performance eficiente e flexível para que o conhecimento produzido dentro da universidade chegue, efetivamente, até a sociedade e à impacte positivamente. Em linhas gerais, o que se vê

discursivamente delineado é uma universidade que tende a ser julgada a partir de princípios e normas tipicamente empresariais, passando, paulatinamente, a incorporar o seu modelo ideal de atuação.

Não obstante a isso, neste modelo de universidade ganha significativo destaque a construção de novos mecanismos e estratégias organizacionais, os quais visam garantir a proteção intelectual, fomentar a realização de transferências tecnológicas, promover a formação de novas empresas, impulsionar as relações entre universidade e empresa, assegurar o surgimento de inovações e estimular o empreendedorismo, tais como a incubadora de empresas, as modificações curriculares, os programas de bolsas, etc. São, portanto, dispositivos que naturalizam e legitimam o saber-poder empresarial por articularem, em sua constituição e operacionalização, elementos discursivos norteados por fundamentos de caráter econômico, financeiro e mercadológico que encontram na empresa a sua base de constituição.

Nesse sentido, há uma recorrência discursiva no que tange a necessidade da valorização da inovação (de viés utilitário e mercantil), da aproximação das universidades com empresas e do empreendedorismo no âmbito universitário, com vistas a dar retornos positivos às demandas da sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento através do fortalecimento do setor produtivo e da geração de riquezas econômicas, justificadas como uma contrapartida da universidade ao investimento da sociedade (justificativa social para atuação da universidade). Recai-se, portanto, em uma valorização do conhecimento que tenha um caráter útil, aplicável e pragmático, que possa ser apropriado privadamente, gerando resultados de impacto econômico, bem como daquelas áreas do conhecimento que tenham tradição na geração desse tipo de conhecimento.

Infere-se, ainda, que a construção da noção de escassez de recursos no âmbito das universidades facilita a adesão e a promoção deste discurso, visto que tanto a universidade quanto os pesquisadores envolvidos acabam por receber incentivos financeiros e, em alguns casos, materiais e estruturais, provenientes das ações por eles praticadas. Nessa mesma conjuntura, destaca-se também a criação da noção de escassez de emprego e a emergência discursiva do empreendedorismo como a grande saída para esse cenário.

O empreendedorismo, portanto, se configura como indispensável, também, à prática pedagógica nesse modelo de universidade, como uma nova modalidade de engajamento coletivo de docentes e discentes que se faz através da sua reprodução em disciplinas, cursos, eventos, etc. Nesses termos, se enxergar enquanto empreendedor, ter esse comportamento, estar em um ambiente favorável ao empreendedorismo, compartilhar experiências empreendedoras são elementos que fazem parte do ordenamento discursivo da universidade empreendedora, no qual as capacidades subjetivas dos sujeitos são mobilizadas em prol daquilo que Foucault (2008b) denominou de *empresário de si*. Percebe-se que a máxima desse processo reside na construção de novas subjetividades e práticas individuais, a partir da defesa do modelo empresarial também como forma de conduta dos indivíduos, gerando, como consequência, a generalização da concorrência, a responsabilização do próprio indivíduo pelo seu sucesso e/ou fracasso e a crença de que o empreendedorismo está acessível a todos, basta querer.

Além dos sujeitos, esse é o comportamento tido como virtuoso para a própria universidade, que passa a ter como ímpeto, também, assumir a identidade de empreendedora.

Antes mesmo de a universidade assumir essa identidade empreendedora, uma série de ações é posta em prática para que isso comece a penetrar no cotidiano da universidade, encaminhando para o fortalecimento desse discurso através da formação de uma base comum que articula um conjunto de demandas e interesses ligados a um contexto neoliberal de constante afastamento do Estado no que tange ao provimento de políticas públicas voltadas ao emprego, a inovação, a educação, etc. Portanto, é um modelo de universidade que vem sendo edificado para perfazer os espaços deixados pela atuação do Estado e que encontra na produção e na reprodução do saber-poder empresarial a fórmula para a sua manutenção, fazendo com que o ensino superior, e, mais

especificamente, a UFPEL se insira em um processo crescente de empresarização, contribuindo, assim, para a permanência e para a consolidação de uma determinada política de verdade.

Logo, como reflexo do processo de empresarização no discurso da universidade empreendedora, o que ocorre é uma reconfiguração da universidade com a emergência de uma estrutura mais complexa e multifacetada, a qual resulta de um jogo de poder que envolve disputas, relações de força, distintos interesses e visões de sujeitos atuantes nesse processo os quais buscam, através da construção de justificativas que se voltam a diferentes benefícios sociais (desenvolvimento/progresso social e econômico, geração de emprego e renda, etc.), a consolidação daquilo que, conforme Foucault (2014), será aceito e funcionará como verdadeiro. É nesse jogo de verdade sustentado por um saber (Foucault, 1999b) – o saber empresarial –, que o discurso da universidade empreendedora intenta construir os ideais de educação superior, a linguagem a ela associada, bem como o tipo de sujeito requerido (Petry, 2017).

Por fim, cabe destacar que todo o esforço empreendido no presente artigo foi direcionado no sentido de abordar a crescente influência que o modelo da empresa tem exercido sobre os humanos e sobre as suas organizações, através do estudo de um discurso específico que ainda não havia sido objeto de análise nas pesquisas que abordam criticamente o processo de empresarização do mundo. Tendo isso em vista, acredita-se que a elaboração de um trabalho que articule tanto o discurso da universidade empreendedora, como o processo de empresarização do mundo a partir de um viés foucaultiano possa trazer contribuições para diferentes áreas do conhecimento através de um material complementar que visa traçar reflexões para que se possa avançar no debate de ambas as perspectivas.

Referências

- Abraham, Y. (2006). L'entreprise est-elle nécessaire? In: J. Dupuis (Org.). *Sociologie de l'entreprise* (pp. 323-374). Gaëtan Morin Editeur.
- Acunha, S. T. S. (2016). *Os núcleos de inovação tecnológica: O caso da Universidade Federal de Pelotas*. (Dissertação de Mestrado). Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Almeida, M., et al. (2016). Expanding the vision of entrepreneurial universities: A case study of UNIRIO in Brazil. *Triple Helix*, 3(1), 1-19. <https://doi.org/10.1186/s40604-016-0033-x>.
- Andrade, N. D. (2014). *A universidade empreendedora no Brasil: Uma análise das perspectivas de carreiras de jovens pesquisadores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: E. Sader, & P. Gentili (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra.
- Araujo, A. Z., & Silva, R. C. (2016). A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 24(1), 85-112. Recuperado de <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/690>
- Arienti, W. L. (2003). Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. *Revista de Economia Política*, 23(4), 97-113. Recuperado de <http://www.rep.org.br/PDF/92-6.PDF>
- Badia, O. de C. (2017). *O posicionamento das empresas de educação na construção do Plano Nacional de Educação 2014-2024: Uma análise a partir da teoria da empresarização*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- Barcelos, M., & Rodrigues, M. S. (2017). Concepções de política pública e práticas discursivas: Uma análise sobre as políticas para a Educação Superior nos Governos Lula (2003-2010). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 25(123). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.25.2908>
- Brasil. (2016). Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 [...]. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2016. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm.
- Casado, F. L., Siluk, J. C. M., & Zampieri, N. L. V. (2012). Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: Proposta de um modelo. *Revista de Administração da UFSM*, 5(edição especial), 633-650. <http://dx.doi.org/10.5902/198346597755>
- Chanlat, J. (1993). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Atlas.
- Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT). (2018a). *Indicadores*. Pelotas: UFPel. Recuperado de <https://wp.ufpel.edu.br/cit/propriedade-intelectual/indicadores/>.
- Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT). (2018b). *Guia de Orientação Sobre Propriedade Intelectual e Patentes de Invenção*. Recuperado de https://wp.ufpel.edu.br/cit/files/2018/11/Guia-de-Propriedade-Intelectual_Ver.-4.0_05_11_2018.pdf.
- Conectar. (2018). *Histórico / Quem Somos*. Recuperado de <https://wp.ufpel.edu.br/conectar/historicoquem-somos/>.
- Costa, C. E. S. da. (2005). *Processo de Empresarição nos clubes de futebol e as conseqüências sobre o controle organizacional*. (Dissertação de Mestrado). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Costa, C. F. da., & Silva, S. M. G. (2016). Reformas neoliberais na educação superior brasileira e capitalismo acadêmico. *Anais do Encontro da ANPAD*, Costa do Sauípe, BA, Brasil.
- Costa, C. S. N. (2017). *A Empresarição do Espaço em Cidades Locais: Um estudo no município de São José do Norte*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Cristofoletti, E. C., & Serafim, M. P. (2017). A relação universidade-empresa sob diferentes abordagens: Da universidade empreendedora ao capitalismo acadêmico. *Educação*, 40(1), 73-82. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.1.22838>.
- Dourado, L. F. (2002). Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação e Sociedade*, 23(80), 234-252. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>.
- Duquia, A. A. (2018). *O processo de empresarição da pós-graduação: Uma análise dos tipos de governança presentes na Universidade Federal de Pelotas*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Duriex, A. (2005). *O processo de empresarição do voleibol catarinense*. (Dissertação de Mestrado). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Ésther, A. B. (2016). Qual universidade para qual sociedade? *Holos*, 32(7), 351-365. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4971>
- Etzkowitz, H., Webster, A., Gebhardt, C., & Cantisano Terra, B. R. (2000). The future of the university and the university of the future: Evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. *Research Policy*, 29(2), 313-330. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00069-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00069-4)
- Etzkowitz, H. (2003). Research groups as “quasi-firms”: The invention of the entrepreneurial university. *Research Policy*, 32, 109-121. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(02\)00009-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(02)00009-4).
- Etzkowitz, H. (2004). The evolution of the entrepreneurial university. *International Journal of Technology and Globalisation*, 1(1), 64-77. <https://doi.org/10.1504/IJTG.2004.004551>

- Faria, J. H. de., & Meneghetti, F. K. (2001). Discursos organizacionais. *Anais do Encontro da ANPAD*, Campinas, São Paulo, SP, Brasil.
- Fávero, M. de L. de A. (2006). A Universidade no Brasil: Das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, 1(28), 17-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970- 1982)*. J. Zahar.
- Foucault, M. (1999a). *A ordem do discurso*. Edições Loyola.
- Foucault, M. (1999b). La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad. In: M. Foucault, *Estética, ética e hermenêutica: Obras esenciales*. (Vol. .3, pp. 393-415). Paidós.
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *Microfísica do poder*. (28. ed.). Paz e Terra.
- Franz, A., & Rodrigues, M. S. (2019). Repensando o processo de empresarização: A inserção de um olhar de inspiração foucaultiana. *Revista Grifos*, 28(47), 145-168. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v28i47.5034>.
- Frigotto, G. (1995). Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In P. Gentili (Org.), *Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Vozes.
- Giacomoni, M. P., & Vargas, A. Z. (2010). Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, 14(2), 119-129. Recuperado de <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>.
- Goergen, P. (2014). Tecnociência, pensamento e formação na educação superior. *Avaliação*, 19(3), 561-584. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300003>.
- Guaranys, L. R. (2006). *Interação universidade-empresa e a gestação de uma universidade empreendedora: A evolução da Puc-Rio*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Laval, C., & Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Leclercq-Vandelanoitte, A. (2011). Organizations as discursive constructions: a Foucauldian approach. *Organization Studies*, 32(9), 1247-1271. <https://doi.org/10.1177/0170840611411395>
- Lorentz, M. H. N. (2015). *O comportamento empreendedor de diretores da UFSM e sua percepção quanto à universidade empreendedora*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- Machado, R. (2006). *Foucault, a ciência e o saber*. Jorge Zahar.
- Minto, L. W. (2006). *Reformas do ensino superior no Brasil: O público e o privado em questão*. Autores Associados.
- Morgades, R. F. K. M. (2016). *A universidade empreendedora no novo modo de produção da ciência contemporânea: Um estudo de caso da universidade estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.
- Neves, L. M. W., & Fernandes, R. R. (2002). Política neoliberal e educação superior. In: L. M. W. Neves, *O empresariamento da educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990*. Xamã.
- Oliveira, J. F. de. (2013). Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. In: *Anais do XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, Recife, Brasil.
- Orsetti, P. N. (2016). *Universidade empreendedora: Um estudo de caso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

- Otani, N. I. (2008). *Universidade empreendedora: A relação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Sapiens Parque*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Paula, A. P. P. de. (2005). *Por uma nova gestão pública: Limites e potencialidades*. Editora FGV.
- Petry, C. (2017). O novo “espírito do capitalismo” na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS. *Educação em Foco*, 22(1), 1-39. <https://doi.org/10.22195/2447-524620172219784>.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: As origens da nossa época*. (2. ed.). Campus.
- Rodrigues, M. S. (2006). *Mercadores de emoção: Um estudo sobre a empresarização dos clubes de futebol brasileiros*. (Dissertação de Mestrado). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Rodrigues, M. S. (2013). *O novo ministério da verdade: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. C. da. (2006a). Empresarização no Figueirense Futebol Club e no Sport Club Internacional. *Gestão.Org*, 4(3), 38-54. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21491/18185>.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. C. da. (2006b). Clientes ou torcedores: A empresarização do futebol no Brasil. *Revista Alcance*, 13(2), 167-184. <https://doi.org/10.14210/alcance.v13n2.p167-184>.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. C. da. (2009). Estrutura empresarial nos clubes de Futebol. *Organizações & Sociedade*, 16(17-37), 20-40. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302009000100001>.
- Rodrigues, M. S., Silva, R. C. da., & Dellagnelo, E. H. L. (2014). O processo de empresarização em organizações culturais brasileiras. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 8(1), 66-85. <https://doi.org/10.12712/rpca.v8i1.286>.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. C. da. (2019a). Nova República, novas práticas: Uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010). *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 176-218. <https://doi.org/10.25113/farol.v6i15.4855>.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. C. da. (2019b). Empresarização e modernidade: A ideia de empresa no centro do mundo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 6, 40-76. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n1.147>.
- Rothenbuhler, R. (2000). *Universidade empreendedora*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Sa, F. C. (2014). *Aspectos de uma universidade empreendedora? Um estudo de caso a partir de elementos dramaturgicos em uma instituição de ensino*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade Boa Viagem, Recife, PE, Brasil.
- Serra, A. R. C. (2005). *A empresarização do sagrado: Um estudo sobre a estruturação de igrejas dos protestantismos brasileiros*. (Dissertação de Mestrado). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Sguissardi, V. (2005). Universidade Pública Estatal: Entre o bem público e o privado/mercantil. *Educação e Sociedade*, 26(90), 191-222. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000100009>.
- Silva, G. F. da., & Machado Junior, S. da S. (2014). O discurso em Michel Foucault. *História em Reflexão*, 8(16). Recuperado de <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3821>.
- Silva, R. C. da, & Alcadipani, R. (2004). As transformações do controle na Siderúrgica Riograndense: Uma análise Foucaultiana. *O&S*, 11(9). <https://doi.org/10.1590/S1984-92302004000100005>.
- Solé, A. (2008). “L’enterprisation du monde”. In: J. Chaize & F. Torres. *Repenser l’entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve*. Le Cherche Midi.

- Souza, N. M. S. S., & Palma, M. A. M. (2010). Torre de Marfim ou universidade empreendedora: Fatores críticos no processo de inovação no contexto universitário. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6(2), 130-156. Recuperado de <http://www.rbgdr.net/022010/artigo6.pdf>.
- Szlechter, D. (2018). *Teorias de las organizaciones*. UNGS.
- Torgal, L. R., & Ésther, A. B. (2014). *Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Editora UFJF.
- Triviños, A. N. S. (2015). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Universidade Federal de Pelotas. (2013). *Organograma*. Pelotas: UFPel. Recuperado de <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/estrutura-administrativa-ufpel-2013-2016-versao-2013-05-08.pdf>.
- Universidade Federal de Pelotas. (2015). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020*. Pelotas: UFPel. Recuperado de https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/12/PDI-UFPel_13-2015_rev03.pdf.
- Universidade Federal de Pelotas. (2018a). *Relatório de gestão do exercício de 2017*. Pelotas: UFPel. Recuperado de <http://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2017-FINAL-v02-PUBLICADO.pdf>.
- Universidade Federal de Pelotas. (2018b). *Histórico*. Pelotas: UFPel. Recuperado de <https://wp.ufpel.edu.br/cit/institucional-2/historico/>.
- Universidade Federal de Pelotas. (2019). *Institucional*. Recuperado de <https://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/>.
- Vargas, L. (2018). *Do monopólio à espetacularização da cultura: Uma análise do processo de empresarização dos Centros de Tradições Gaúchas*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Yin, R. K. (1994). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (2. ed.). Bookman.

Sobre os Autores

Alice Hübner Franz

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Brasil)

alicefranz1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8475-2178>

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas. Graduada em Administração pela Universidade Católica de Pelotas.

Elaine da Silveira Leite

Universidade Federal de Pelotas Brasil (UFPel/Brasil)

elaineleite10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1402-3839>

Professora Adjunta de Sociologia da UFPel, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Dinâmica Organizacional e do Trabalho (UFSCar). Doutorado Sanduíche na New York University, no Departamento de Artes e Políticas Públicas. Doutora em Sociologia pela UFSCar. Tem experiência na área de Sociologia Econômica, Finanças e da Família, como também, em Teoria das Organizações. Tem interesse nos seguintes temas: cultura econômica, mercado financeiro, finanças pessoais, investidor popular, financeirização, família e economia doméstica.

Marcio Silva Rodrigues

Universidade Federal de Pelotas (UFPel/Brasil)

marciosilvarodrigues@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8810-7077>

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Brasil). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA), do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública (PROFIAP) e do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador da área de Estudos Organizacionais vinculado do Observatório da Realidade Organizacional e Líder do Núcleo de Estudos Marcelo Milano Falcão Vieira (NeMaVi). Tem experiência na área de Teoria das Organizações, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Sociologia da Empresa, Empresarização do Mundo, Análise Crítica do Discurso, Poder, Mídia e Educação Superior.

archivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 177

23 de noviembre de 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a Fischman@asu.edu

Síguenos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Coordenadoras: **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Editores Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (EBAPE/FGVI), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Geovana Mendonça Lunardi

Mendes Universidade do Estado de
Santa Catarina

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Coordinador (Español / Latinoamérica): **Ignacio Barrenechea** (Universidad de San Andrés), **Ezequiel Gomez Caride** (Universidad de San Andrés/ Pontificia Universidad Católica Argentina)

Editor Coordinador (Español / Norteamérica): **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México)

Editor Coordinador (Español / España): **Antonio Luzon** (Universidad de Granada)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (Universidad de Chile), **Cesar Lorenzo Rodriguez Uribe** (Universidad Marista de Guadalajara), **María Teresa Martín Palomo** (University of Almería), **María Fernández Mellizo-Soto** (Universidad Complutense de Madrid), **Tiburcio Moreno** (Autonomous Metropolitan University-Cuajimalpa Unit), **José Luis Ramírez** (Universidad de Sonora), **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **María Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Danah Henriksen, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Madelaine Adelman Arizona State University

Cristina Alfaro San Diego State University

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale University of Toronto, Canada

Aaron Benavot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Elizabeth H. DeBray University of Georgia

David E. DeMatthews University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy

John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Sherman Dorn Arizona State University

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion University of the Negev

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski Indiana University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton University of Kentucky

Susan L. Robertson Bristol University

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis

R. Anthony Rolle University of Houston

A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider University of Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres Michigan State University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University

Miri Yemini Tel Aviv University, Israel